

Artigo original • Acesso aberto

Movimentos agrários, participação e políticas públicas: entre conflitos e resistências

Agrarian movements, participation, and public policies: between conflicts and resistance

 Joana Tereza Vaz de Moura  Marcos Aurélio Freire da Silva Júnior  Leandro Vieira Cavalcante  Leonardo da Rocha Bezerra de Souza

Resumo

A proposta deste dossiê consiste em demonstrar como os movimentos sociais agrários têm desempenhado um papel crucial na defesa dos direitos das populações rurais, na construção de uma agenda de reforma agrária e na promoção de políticas de desenvolvimento humano e sustentável que defendam a produção de cidadania por meio da participação social. O dossiê busca explorar as dinâmicas sociais, políticas, econômicas e territoriais que envolvem os movimentos agrários no contexto contemporâneo, destacando suas estratégias de participação nas políticas públicas e as resistências diante do avanço dos megaempreendimentos do agronegócio, da mineração, das energias renováveis, da estrangeirização de terras, entre outros. Os artigos apresentam diferentes perspectivas sobre os movimentos agrários, englobando debates sobre interseccionalidade, contra-colonialidade, territorialidade, resistências, justiça social e climática, entre outros.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Políticas públicas. Conflitos. Resistências. Participação social.

Abstract

This dossier aims to demonstrate how agrarian social movements have played a crucial role in defending the rights of rural populations, shaping an agrarian reform agenda, and promoting human and sustainable development policies that foster the construction of citizenship through social participation. The dossier explores the social, political, economic, and territorial dynamics surrounding agrarian movements in the contemporary context, highlighting their strategies for engaging with public policies and their resistance to the expansion of mega-projects—such as agribusiness, mining, and renewable energy—as well as the foreign acquisition of land. The articles present diverse perspectives on agrarian movements, encompassing debates on intersectionality, decoloniality, territoriality, resistance, and social and climate justice, among other topics.

Keywords: Social movements. Public policies. Conflicts. Resistance. Social participation.

Citação sugerida

MOURA, Joana Tereza Vaz de; SILVA JÚNIOR, Marcos Aurélio Freire da; CAVALCANTE, Leandro Vieira; SOUZA, Leonardo da Rocha Bezerra. Movimentos agrários, participação e políticas públicas: entre conflitos e resistências. Revista IDEAS, Rio de Janeiro, v. 20, p. 1-9, e026005, jan./dez. 2026.

DOI: <https://doi.org/10.36920/ax7bb862>

Licença: Creative Commons - Atribuição/Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

Introdução

O contexto contemporâneo tem desafiado os estudos sobre participação política, movimentos sociais e relações com o Estado na elaboração e implementação de políticas públicas. Especialmente nas últimas décadas, com o avanço dos megaempreendimentos no mundo rural, pensar o papel dos movimentos sociais agrários torna-se essencial. Esses atores têm construído diferentes formas de relação com o Estado e com o mercado, assumindo um papel central na produção de narrativas e estratégias de ação diante dos contextos políticos contemporâneos.

Os movimentos sociais agrários têm desempenhado um papel crucial na defesa dos direitos das populações rurais, na construção de uma agenda de reforma agrária e na promoção de políticas de desenvolvimento humano e sustentável, defendendo a produção de cidadania por meio da participação social. Nesse sentido, destaca-se a importância de compreender as dinâmicas sociais, políticas, econômicas e territoriais que envolvem os movimentos agrários no contexto contemporâneo, suas estratégias de participação nas políticas públicas e suas ações de resistência diante do avanço dos megaempreendimentos do agronegócio, da mineração e das energias renováveis, por exemplo.

É sabido que as transformações contemporâneas têm alterado as formas de participação política e de interação entre Estado e sociedade, bem como impactado de maneira significativa a formulação e a implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural. Sobre isso, autores têm investigado os efeitos dos movimentos sociais sobre as políticas públicas (Carlos; Dowbor; Albuquerque, 2017; Abers; Silva; Tatagiba, 2018; Tatagiba; Teixeira, 2021), considerando contextos políticos, relações de interdependência com os diversos atores e instituições e as variadas formas de ação coletiva.

Nesse contexto, os movimentos sociais agrários, em suas diversas formas e expressões, mobilizam repertórios para tensionar o Estado e o mercado e influenciar as políticas públicas. Inseridos em contextos de conflitos socioterritoriais, que emergem da interface com o Estado, empresas capitalistas e setores patronais, esses movimentos buscam pautar políticas públicas por meio de estratégias e experiências de resistência diante dos padrões de desenvolvimento neocoloniais e neoextrativistas que se expressam nos territórios rurais, nas comunidades tradicionais e entre os povos indígenas (Leandro; Portilho, 2024; Cabral, 2024; Moura; Cavalcante, 2023; Moura; Knox; Silva Júnior, 2021).

Nos interessou, neste dossiê, entender, a partir da diversidade de trabalhos acolhidos, como esses movimentos influenciam e são influenciados pelas políticas públicas; pelo advento da agroecologia; pelas dinâmicas e pelos rearranjos socioterritoriais; pela agenda de justiça social e climática; pelos debates étnico-raciais e de gênero; pelas tecnologias sociais e pelas diversas

formas de organização da vida cotidiana rural diante do avanço do conservadorismo e das ameaças à soberania nacional.

A partir do trabalho coletivo da Conexão Temática “Movimentos Agrários, Comunidades Rurais e Violência” do Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação: Transformações da Participação, do Associativismo e do Confronto Político (INCT/Participa), propomos este dossiê a fim de contribuir para as ciências sociais e para a sociologia rural por meio de temas fundamentais para o avanço teórico-metodológico do campo dos estudos rurais.

Objetiva-se não somente contemplar discussões sobre os temas abordados, como também evidenciar e tensionar as fronteiras entre universidade e sociedade, sob a perspectiva dos movimentos sociais, trazendo ao debate um cenário político no qual esses movimentos e suas expressões estão inseridos. É fundamental, para essa proposta, a produção de um debate plural e interdisciplinar que contemple, entre outras, novas abordagens teóricas, empíricas e metodológicas sobre o tema dos movimentos agrários e das diferentes discussões correlatas.

Dentre as principais temáticas abordadas no conjunto de textos que compõem este dossiê estão: a participação política e as relações entre Estado e sociedade; o impacto das políticas públicas de desenvolvimento rural; os conflitos, as resistências e as estratégias de luta dos movimentos sociais agrários; a interseccionalidade e os movimentos rurais; as abordagens contra-coloniais e a construção de territórios de resistência; o feminismo e as ruralidades; e a interseccionalidade e a diversidade nos movimentos agrários.

Os artigos do dossiê

O artigo que abre o dossiê, de autoria de Julia Latorres de Souza Mittelman e Marcelo Kunrath Silva, intitulado “A produção do Engajamento Militante: experiência do Instituto Educar (MST)”, oferece ao leitor uma reflexão sobre a produção do engajamento militante dos estudantes da Faculdade de Agronomia do MST, localizada em Pontão/RS. Os autores mostram que, na experiência educativa dos estudantes no Instituto Educar, são operacionalizados três mecanismos centrais para a construção do engajamento militante: a socialização militante, a conexão estrutural e o alinhamento identitário. O artigo finaliza com a conclusão de que o Instituto Educar cria um ambiente que favorece a construção de uma identidade coletiva, de relações afetivas e de retribuições que constroem ou acionam disposições ao engajamento.

O artigo de Lorena Izá Pereira, Wuelliton Felipe Peres Lima e Bernardo Mançano Fernandes, intitulado “Políticas de mudanças climáticas em disputa: regularização fundiária e agroecologia no Pontal do Paranapanema (São Paulo,

Brasil)”, trata de um tema contemporâneo relacionado às disputas em torno das formas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Partindo de uma análise realizada no Pontal do Paranapanema, os autores discutem os diferentes discursos em torno da temática e como a terra ganha relevância para o entendimento dos conflitos e dos interesses políticos contemporâneos. O artigo mostra como a atuação de movimentos socioterritoriais, como o MST, desenvolve políticas de enfrentamento às mudanças climáticas centradas no território, como a agroecologia, produzindo, assim, novas formas de relação com a natureza.

O terceiro artigo deste dossiê, de autoria de Claudia Yesica Fonzo Bolañez, intitulado “Ambivalencia estatal y disputas por la tierra: políticas públicas y campesinado en Santiago del Estero (Argentina)”, reflete sobre o acesso à terra pelo campesinato no marco de um ordenamento jurídico que invisibiliza os direitos territoriais. A partir do debate sobre a participação social dos movimentos camponeses na região, a autora mostra que, apesar dos avanços nas leis, ainda há um reconhecimento limitado por parte do Estado e baixo poder transformador. Mesmo compreendendo que os movimentos camponeses utilizam diversas estratégias de ação coletiva para impulsionar políticas públicas, a ação estatal expressa ambivalência: reconhece parcialmente as demandas camponesas enquanto continua reproduzindo as condições estruturais que sustentam a desigualdade territorial.

Ao analisarem a participação social no Brasil, Brunno Silva, Geovane Torres e Lindijane Almeida realizaram uma detalhada pesquisa documental nos Planos Plurianuais entre 2016 e 2024, buscando compreender como a participação social se relacionou com o ideal neoliberal dos governos Temer e Bolsonaro e com o ideal participativo dos governos Dilma 2 e Lula 3. No artigo intitulado “O fortalecimento da participação social no governo Lula 3 após o desmonte de Instituições Participativas no governo Bolsonaro: o lugar de movimentos sociais no Consea, Conjuve e CNPCT”, os autores destacam que a retomada do fortalecimento das instituições participativas ocorreu após um desmonte sistemático da participação nos governos Temer e Bolsonaro, sobretudo das IPs relacionadas a pautas identitárias e progressistas. Ao mesmo tempo, esses governos priorizaram o fortalecimento de órgãos e instituições alinhados a pautas neoliberais, sobretudo aquelas referentes à retração do Estado e às reformas estruturais, e a pautas conservadoras no campo dos costumes. Ao focalizarem a análise em conselhos nacionais marcados pela atuação de movimentos rurais, os autores argumentam que conselhos como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) apresentaram uma diversidade organizacional composta por diferentes redes, o que permitiu que temas como segurança alimentar, agroecologia, juventude rural e direitos humanos voltassem à cena política no âmbito participativo.

Por sua vez, Anna Luiza Silveira Ramos Fernandes analisou, em seu texto “Formação e consolidação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco (1982–1988)”, as experiências de mulheres que participaram da formação e consolidação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco (MMTRSC-PE). No artigo, a autora analisou documentos produzidos pelo movimento, bem como realizou entrevistas com lideranças e participantes do MMTRSC-PE. Ao mobilizar noções da História Social do Trabalho e dos Estudos de Gênero, a autora investigou de que maneira temas como trabalho, ambiente doméstico, direitos, corpo e liberdade permearam a criação do movimento e transformaram as relações de gênero e de trabalho nos territórios. Ao estimular reflexões sobre trabalho feminino e associativismo, Anna Fernandes chama a atenção para a importância desses temas na construção de identidades, da autoestima e da atuação política das mulheres, bem como para o modo como o movimento fortaleceu as redes de apoio e sociabilidade entre elas, reforçando a identidade coletiva daquele grupo.

Buscando compreender as dinâmicas de interação entre organizações da agricultura familiar e o Estado, Elisa de Jesus Garcia analisou a implementação de políticas públicas territoriais na Zona da Mata Mineira. Ao relacionar a discussão sobre políticas públicas de desenvolvimento rural com aquela sobre as interações entre Estado e sociedade civil, a autora buscou, por meio da análise de dez municípios da região, examinar como sindicatos, associações e cooperativas construíram repertórios de interação socioestatal. A autora destacou, em sua análise, que a interação desses grupos com o Estado resultou em dois efeitos: o primeiro, mais externo, relacionou-se a uma maior incidência desses grupos nas políticas públicas; o segundo, mais interno, esteve relacionado às mudanças organizacionais e às dinâmicas internas, que produziram disputas por representação, novos conflitos e fragmentação organizativa. Nesse sentido, a autora contribui para a agenda de pesquisa que busca compreender tanto os efeitos dos movimentos sociais nas políticas públicas quanto os efeitos da interação socioestatal sobre os movimentos sociais. Com isso, Elisa Garcia aponta que essas interações podem fortalecer os movimentos, ao mesmo tempo em que podem produzir conflitos e disputas de poder no interior das organizações.

No estudo produzido por Lorena Monteiro e Felipe dos Santos Jacinto, intitulado “Ciência, ativismo e política pública: O Instituto Socioambiental (ISA) como Organização Híbrida na governança socioambiental brasileira”, é explorada a relação entre os campos da ciência, do ativismo e das políticas públicas. Com foco nos repertórios, a pesquisa documental demonstrou distintas linhas de atuação do ISA, em especial por meio do “ciclo de *advocacy*”. O artigo revela que essa atuação ocorre em diferentes esferas, como as áreas da governança territorial e das políticas locais. A atuação do ISA ocorre desde o nível local/territorial até o debate transnacional, envolvendo a

“tecnopolítica” como instrumento central de sua práxis. Nesse sentido, os autores defendem a tese de que a ação do ISA incorpora a ideia de uma organização híbrida polivalente e uma multiplicidade de repertórios em seu desenvolvimento. O ISA tem sua capacidade de ação baseada no trânsito entre valores, técnicas e metodologias.

O trabalho elaborado por Maria Flávia Dantas da Cruz, Matheus Henrique da Costa Gomes, Samille Nayara Silva Araújo e Rannyerison Carlos Pereira da Silva, intitulado “Mulheres rurais em movimento: ações, pautas e espacialização das lutas camponesas”, debruça-se sobre um conjunto de ações coletivas produzidas por movimentos de mulheres rurais no Nordeste brasileiro. Tais ações foram coligidas a partir do banco de dados da Rede DATALUTA. O trabalho discute os movimentos rurais a partir das perspectivas do feminismo e da espacialização, refletindo sobre a construção dos movimentos sociais e a categoria território. Assim, o estudo revela a heterogeneidade de identidades no âmbito da luta, bem como a distribuição espacial e territorial e os repertórios políticos produzidos e mobilizados, evidenciando como as mulheres estão envolvidas na construção de ações como “sujeitas de direito” na luta por reconhecimento e por transformações estruturais.

O artigo “Quintais produtivos cultivados por mulheres negras do assentamento Arizona/RN: materializando subjetividades e subjetivando o território”, de autoria de Murilo de Oliveira Carvalho e Cimone Rozendo, apresenta, por meio de uma abordagem interseccional-consubstancial, uma análise em uma perspectiva contracolonial sobre os quintais produtivos. A pesquisa foi realizada no assentamento rural Arizona, no Rio Grande do Norte, e envolveu também uma análise de conteúdo do boletim *O Candeeiro*. Carvalho e Rozendo lançam um olhar sobre os múltiplos marcadores que se interseccionam, como gênero, raça, classe e território. Também destacam as práticas tradicionais no território, construídas a partir do cotidiano, produzindo a confluência entre vínculos afetivos, tradição, território e trabalho. As mulheres – principalmente as mulheres negras – aparecem como agentes da preservação das tradições, ao mesmo tempo em que se deparam com dificuldades que, sob as perspectivas de gênero e raça, se sobrepõem.

O artigo de Felipe de Lima França, intitulado “Uma advertência aos cristãos: a Ação Católica Rural e a construção de uma formação política no campo”, analisa a atuação da Ação Católica Rural (ACR) no Nordeste brasileiro entre 1970 e 1982, tomando seu periódico, *Grito no Nordeste*, como objeto central. O estudo evidenciou que o referido periódico se apresentou como uma ferramenta fundamental de História Pública em ação, ativa na construção de uma cultura política de resistência no campo, ao fornecer aos trabalhadores rurais chaves para uma leitura crítica do mundo. Ademais, constatou o papel da ACR na crítica ao latifúndio, na formação política e na defesa da transição democrática.

Eduarda Paz Trindade, por seu turno, apresenta, no artigo “Entre mundos e políticas: ontologias do território e disputas agrárias no Antropoceno”, uma leitura teórica das lutas agrárias como disputas ontológicas em torno do território, da natureza e da vida coletiva. Argumenta-se que parte dos conflitos rurais contemporâneos não se reduz à distribuição de recursos, mas envolve confrontos entre ontologias modernas e relacionais, com diferentes concepções de território e natureza, apontando para a maneira como os movimentos agrários produzem mundos e tensionam modelos de participação e políticas públicas.

Já o artigo “Tecnologia social e a práxis da reforma agrária: metodologias de planejamento e organização produtiva no Coletivo Alaíde Reis (MST)”, de autoria de Layssa Ramos Maia de Almeida, Marcella Moraes Peregrino Gelio, Yaisa Damião Rosa e Felipe Addor, discute as limitações enfrentadas nos assentamentos rurais no que diz respeito à produção agroecológica e à assistência técnica. Para tanto, apresentam-se os resultados da parceria entre o programa Tangará/UFRJ e o MST, ressaltando a experiência de implementação de metodologias de planejamento produtivo em pequena escala, com destaque para o Caderno de Registro da Produção e o aplicativo Roça, que contribuem para as discussões sobre tecnologias desenvolvidas na perspectiva da tecnologia social aplicada à agricultura familiar.

Finalizando o dossiê, Miguel Frigo Amorim e Eliane Sebeika Rapchan discutem, no artigo “Quando a luta pela terra se transforma na luta pelo Cosmos: um panorama sobre a Virada Agroecológica no MST”, de que maneira a agroecologia foi apropriada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra como uma resposta às contradições ambientais e sociais impostas pela disseminação da Revolução Verde. O estudo evidencia como o movimento materializa a agroecologia como convívio e restauração da falha metabólica promovida pelo modo de produção capitalista, ampliando o debate e a dimensão da luta pela terra.

Considerações finais

Ao mobilizar temas fundamentais para os estudos rurais, como ação coletiva, gênero, raça, juventude rural, políticas públicas, reforma agrária, mudanças climáticas e outros, o conjunto de textos apresentados neste dossiê demonstra a diversidade de questões que permeiam as ciências sociais e suas áreas correlatas. Algo que fica evidente é como os movimentos sociais agrários respondem a crises de diferentes naturezas. As estratégias e repertórios dos movimentos agrários ilustram formas de resistência frente ao avanço do conservadorismo e do neoliberalismo, bem como do desmantelamento de políticas públicas no campo.

Acreditamos que a maior contribuição deste dossiê seja a publicização

das formas de resistência dos movimentos rurais, seja por meio da educação de nível superior como ferramenta de engajamento militante; a luta pela agroecologia frente ao avanço das crises climáticas; da participação social na luta pelo acesso à terra; da participação institucional para a garantia de direitos nos espaços participativos e nas políticas públicas; ou do associativismo e da ação coletiva em movimentos de mulheres, com o objetivo de transformar as relações de gênero e de trabalho.

Por fim, consideramos que os artigos aqui reunidos, ao mesmo tempo em que trazem importantes contribuições para o campo de estudos das ciências sociais e da sociologia rural, abrem possibilidades para novas pesquisas e novos temas. Boa leitura!

Referências bibliográficas

ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova**, São Paulo, v. 105, p. 15-46, 2018.

CABRAL, Rafael. Transferência de políticas públicas: uma análise dos programas estaduais de aquisição de alimentos. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 43, n. 2, p. 293-310, 2023.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas. Balanço do debate e proposições analíticas. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 360-378, 2017.

LEANDRO, Rebeca Rose dos Santos; PORTILHO, Fátima. Ativismos alimentares e movimentos em torno das plantas alimentícias não convencionais (PANC). **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 44, n. 1, p. 80-95, 2024.

MOURA, Joana Tereza Vaz de; KNOX, Winifred; SILVA JÚNIOR, Marcos Aurélio Freire da. Os efeitos dos movimentos rurais e das oportunidades políticas na construção do programa de compras governamentais do Rio Grande do Norte. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 727-749, 2021.

MOURA, Joana Tereza Vaz de; CAVALCANTE, Leandro Vieira. Movimentos sociais e políticas públicas contra os agrotóxicos: a Lei Zé Maria do Tomé em foco. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 1-25, 2023.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (Org.). **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Editora UNESP, 2021.

FINANCIAMENTO

A realização deste dossiê contou com recursos do Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação: Transformações da Participação, do Associativismo e do Confronto Político (INCT/Participa).

AGRADECIMENTO

Agradecemos à revisora textual Beatriz de Azevedo Tomaz.

Joana Tereza Vaz de Moura

Doutora em Ciência Política (UFRGS). Mestre em Ciências Sociais (CPDA/UFRJ). Bacharel em Administração (UFLA). Professora Titular na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde coordena o Laboratório de Estudos Rurais (LabRural) e atua nos Programas de Pós-Graduação de Ciências Sociais e de Estudos Urbanos e Regionais. Pesquisadora da Rede DATALUTA e do INCT Participa. Bolsista produtividade CNPq (Processo n. 317052/2025-0).

E-mail: joanateresa@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1003674384958659>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9561-1063>

Marcos Aurélio Freire da Silva Júnior

Doutorando em Ciências Sociais (CPDA/UFRJ). Mestre em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN). Bacharel em Gestão de Políticas Públicas (UFRN). Membro do Laboratório de Sociologia Não Exemplar (UFRJ), LabRural (UFRN) e INCT Participa.

E-mail: marcosfreire@ufrj.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4077495140670730>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5553-6625>

Leandro Vieira Cavalcante

Doutor, mestre e graduado em Geografia (UECE). Professor adjunto na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, campus Caicó. Coordenador do SEMIAR (UFRN) e do Laboratório de Estudos Rurais (LER/UFRN). Pesquisador do LabRural (UFRN), Rede DATALUTA e INCT Participa.

E-mail: leandro.cavalcante@ufrn.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4840870286350506>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3970-6655>

Leonardo da Rocha Bezerra de Souza

Doutor em Sociologia (UFRGS). Mestre em Ciências Sociais (UFRN). Bacharel em Comunicação Social (UFRN). Professor de Sociologia na Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC/CE). Pesquisador do GPACE (UFRGS), LabRural (UFRN), TERRA (UFRGS) e INCT Participa.

E-mail: lrb.souza@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1400670385958208>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8192-1009>